

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
da Região Metropolitana de Porto Alegre





ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
da Região Metropolitana de Porto Alegre

Porto Alegre
2008

	<p>Prefeitura Municipal de Porto Alegre José Fogaça - Prefeito</p> <p>Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local Cézar Busatto – Secretário</p> <p>Secretaria do Planejamento Municipal José Fortunati – Secretário</p> <p>Departamento Municipal de Habitação Nelcir Tessaro – Diretor-Geral</p>
	<p>Governo do Estado do Rio Grande do Sul Yeda Crusius – Governadora</p> <p>Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano Marco Alba – Secretário</p> <p>Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional Nelson Lídio Nunes – Diretor Superintendente</p>
	<p>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Kim Bolduc Representante Residente/Coordenadora do Sistema das Nações Unidas no Brasil</p> <p>Maristela Marques Baioni Coordenadora do Programa</p>
	<p>Fundação João Pinheiro Ricardo Luís Santiago – Presidente</p> <p>Centro de Estudos de Políticas Públicas Afonso Henriques Borges Ferreira – Diretor</p>
	<p>Observatório da Cidade de Porto Alegre Plínio Alexandre Zalewski Vargas - Diretor</p> <p>Equipe Técnica Adriana Furtado Carlos Eduardo Gomes Macedo Cidriana Teresa Parenza Valéria D. Sartori Bassani</p>

Sumário

Elaboração do Atlas.....	5
Colaboração para Definição e/ou Caracterização das UDHS.....	6
Apresentação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD.....	8
Apresentação da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local - SMCPGL.....	11
Apresentação do Observatório da Cidade de Porto Alegre – ObservaPoa.....	12
Apresentação da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN.....	13
Metodologia.....	14
Análise Preliminar dos Resultados do Atlas.....	17

Elaboração do Atlas

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local

Coordenadores do Grupo de Trabalho: Valéria Dozolina Sartori Bassani
Carlos Eduardo Gomes Macedo

Gerência de Informações e Observatório da Cidade de Porto Alegre

Adriana Furtado Pereira da Silva
Carlos Eduardo Gomes Macedo
Valéria Dozolina Sartori Bassani

Departamento Municipal de Habitação

Aldovan de Oliveira Moraes

Secretaria de Planejamento Municipal

Tânia Regina Quintana Rodrigues
Benhur Rafael Deporte Costa
Estagiários:

Alan Bernardo Arruda Bisso
Bruna Mello Guimarães
Graziela da Rosa Gavioli
Larissa Nunes Dieter
Priscila da Silva Rodrigues
Thiago Alexandre Thomaz
Vagner Paz Mengue

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Coordenação: Maria Teresa Amaral Fontes
Oficial de Programa/Escritório Estadual do PNUD na Bahia

Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos de Políticas Públicas - CEPP

Afonso Henriques Borges Ferreira – Diretor
Olinto José Oliveira Nogueira - Coordenador

Técnicos da FJP:

Cláudia Júlia Guimarães Horta
Fernando Martins Prates
Maria Luiza de Aguiar Marques
Mônica Galupo Fonseca Costa

Assistentes de Pesquisa:

Bruna Duarte Matias
Daniele Reis de Oliveira
Priscilla de Souza da Costa Pereira

Colaboração para Definição e/ou Caracterização das UDHs

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano

Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN

Diretoria

Diretor-Superintendente: Nelson Lídio Nunes
Diretor de Gestão Territorial: Luiz Valdes Flores
Diretor Administrativo: Gilson Leonardo Thoen
Diretor de Incentivo ao Desenvolvimento: Osmar Severo
Diretor de Transporte Metropolitano: Francisco Schreinert

Equipe Técnica

Romel Biasi
Ada Silvia Beltrão de Piccoli
Cláudio Mainieri Ugalde
Estanislau Marros
Gilda Maria Franco Jobim
Jones Alberto Susin
Julio César Volpi
Maria Celina Santos de Oliveira
Maria Clara Coelho Bassin
Maria Dalila Bohrer
Maria Eliete Cardoso Gomes
Maria Elisabete Gomes de Aguiar
Maria Peres Figueiredo
Norma de Lima
Oberon da Silva Mello
Shirley Dini Nielsen

Comunidade

Antônio Carlos Domingos Luiz
Dilecta Todeschini
Eva Inês Policena dos Santos
Heloísa Helena Leão Viñolo
Jorge Lima
José Djalmo Mathias Verçosa
Juçara Bitencourt Pires
Lino Pereira

Maria Leda Pereira da Silva
Máximo Júlio I. Alfonso
Roberto Jakubaszko
Ronaldo Endler
Rosa Maria Duarte Labandeira
Silvia Rodrigues
Zaildes Freitas da Silva

Apresentação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre: Incorporando a dimensão humana ao planejamento do desenvolvimento local

Os Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD

Em 1990, quando o economista e pensador Mahbud Ul Haq e o prêmio Nobel de Economia Amartya Sen idealizaram o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, ainda não era possível prever a dimensão que tomaria esse trabalho. Por meio da abordagem inovadora do Relatório, lançado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi possível chamar a atenção para a avaliação crítica do processo de expansão das liberdades que conhecemos como o Desenvolvimento Humano. Nesses últimos 16 anos o Relatório vem ganhando importância na medida em que conseguiu centrar a análise do desenvolvimento não mais exclusivamente em dados econômicos, mas nos seres humanos. Assim, deixou claro que o processo de desenvolvimento não pode se limitar à busca do crescimento sustentado da economia. Desenvolver significa remover o que impede as pessoas de realizarem seus potenciais, devido à educação incompleta, à saúde combatida, à falta de acesso a recursos materiais, à ausência de gozo das liberdades democráticas, ou o desrespeito aos direitos humanos.

Cada relatório soube levar à atenção da comunidade internacional - muitas vezes de maneira precursora - temas de grande relevância para a aldeia global. O Relatório de 1994, por exemplo, inovou ao introduzir a idéia da segurança humana no debate sobre o desenvolvimento, olhando além das estreitas percepções da segurança nacional para focalizar-se nas vidas das pessoas. O Relatório de 1995, que coincidiu com a Cúpula de Pequim, introduziu uma medida de desenvolvimento que leva em conta as desigualdades entre homens e mulheres, demonstrando que não há desenvolvimento efetivo se as necessidades das mulheres não forem levadas em conta especificamente. Em 2004, mostrou que a luta para a erradicação da pobreza no mundo tem de vencer, primeiro, o desafio da construção de sociedades culturalmente diversificadas e inclusivas. O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2007 aborda a questão das alterações climáticas, que são uma ameaça massiva ao desenvolvimento humano e, em alguns lugares, já minam os esforços da comunidade internacional para reduzir a pobreza extrema. Nos outros anos, o Relatório alertou sobre o Crescimento sem Emprego, sobre a Globalização e a Exclusão Digital, sobre as Regras Desiguais do Comércio Internacional, dentre outros temas da atualidade, procurando sempre propor medidas concretas que permitissem avançar na agenda de desenvolvimento humano.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Desde o primeiro relatório o paradigma do desenvolvimento Humano teve como contrapartida imediata a busca de uma nova referência para medir o estágio de desenvolvimento dos países, até então muito centrada no Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Essa medida é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O IDH sintetiza o nível de sucesso atingido pela sociedade no atendimento das três necessidades básicas e universais do ser humano: acesso ao conhecimento (dimensão

educação), direito a uma vida longa e saudável (dimensão longevidade) e direito a um padrão de vida digno (dimensão renda). A dimensão educação é medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior. A longevidade é medida pela esperança de vida ao nascer, ou seja, o número de anos que um recém-nascido viveria, mantendo-se inalterados os padrões de mortalidade prevalecentes na época de seu nascimento. Ela reflete também, indiretamente, as condições de saúde, mortalidade infantil, nutrição, higiene, acesso a serviços públicos básicos, mortalidade decorrente da violência, entre outros fatores. A renda, finalmente, é medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita, ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões. Tanto o IDH quanto seus três subíndices (educação, renda e longevidade) variam entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 o valor calculado para o indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.

O IDH teve o grande mérito de suplantar a hegemonia do PIB como medida e meta do desenvolvimento, deixando claro que o desenvolvimento, assim como a pobreza, são fenômenos multidimensionais. Mas o IDH não reflete todas as dimensões inerentes ao desenvolvimento humano, que não deve ser limitado às três capacidades básicas incluídas no IDH, e tampouco somente aos seus indicadores – educação, expectativa de vida e renda ajustada. O conceito do desenvolvimento humano é muito mais complexo e abrangente do que seu mais conhecido índice, pois avalia se as pessoas são capazes de viver em liberdade e com dignidade, de adquirir e pôr em prática novas capacidades, de maneira que possam ter uma vida plena e criativa.

O Atlas enquanto ferramenta de Desenvolvimento Humano

Aqui fica claro o valor da parceria forjada entre o PNUD e a Prefeitura de Porto Alegre. Com a participação substantiva da Fundação João Pinheiro, a colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - Metroplan, e a participação técnica da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local, foi possível desagregar não apenas o IDH, mas cerca de uma centena de indicadores de desenvolvimento humano, para revelar, como nunca antes, as condições vivenciadas pelas populações da região metropolitana de Porto Alegre. Assim, além de explorar as mais diversas dimensões da pobreza, o Atlas de Desenvolvimento Humano de Porto Alegre permitirá – ao desagregar dados espacial e tematicamente - refletir sobre as iniquidades municipais que limitam o processo de expansão das liberdades. Desigualdades, muitas vezes cumulativas, entre mulheres e homens, negros e brancos, ricos e pobres. Desigualdades entre vizinhos, cujos poucos metros que separam suas casas muitas vezes representam muito em termos de oportunidades e dignidade.

Esse trabalho se insere, portanto, na continuidade dos Relatórios Nacionais de Desenvolvimento Humano - elaborados por vários países desde 1990 - que introduziram uma forma de medir desigualdades baseadas em capacidades, por meio de indicadores desagregados por regiões, gênero e grupos étnicos. Insere-se também em um projeto mais amplo acordado entre a Fundação João Pinheiro e o PNUD, que propõe o levantamento de indicadores e índices de desenvolvimento humano para grandes capitais e/ou regiões metropolitanas do Brasil, permitindo, ao seu final, a realização de um estudo comparativo entre elas. Além de subsidiar estudos analíticos, a

intenção é que o Atlas sirva de apoio e instrumento para a atuação do setor público, viabilizando a focalização de programas voltados para a redução da desigualdade social. Dessa forma, alinha-se perfeitamente com o desejo dos criadores do conceito de desenvolvimento humano, pois representa a forma mais avançada de apropriação local do conceito e dos desafios do desenvolvimento humano. Conforme o colocou Mahbud Ul Haq, para que a estratégia de desenvolvimento humano funcione é fundamental a descentralização, a participação e o envolvimento da comunidade: “objetivos notáveis de desenvolvimento humano adotados em planos nacionais são freqüentemente frustrados porque aos beneficiários é dada pouca oportunidade de participação em seu planejamento e implementação” (HAQ, 1995, p.20).

Trata-se de um salto qualitativo fundamental. Ao dispor de indicadores locais de desenvolvimento humano, desagregados por microrregiões intra-urbanas, que diferenciam a situação de diferentes grupos populacionais que coabitam uma mesma área, o Atlas propicia uma ferramenta valiosa de análise, planejamento, avaliação e formulação de políticas públicas. Torna-se, portanto, um importante subsídio para a tomada de decisões, não somente governamentais, mas dos mais diversos atores, já que os dados georreferenciados tornam-se democraticamente acessíveis para todos os interessados na promoção dos investimentos e do bem-estar da população metropolitana de Porto Alegre.

O Atlas e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

O Atlas Metropolitano é o resultado de um frutuoso intercâmbio de informação e conhecimento com todos os parceiros envolvidos. Ao contrário do Atlas Nacional de Desenvolvimento Humano, em que as desagregações por municípios e estados correspondem a divisões administrativas já estabelecidas, no Atlas Metropolitano a divisão espacial é uma etapa importante e torna imprescindível a participação de representantes e especialistas locais. Esse processo permitiu o fortalecimento mútuo de capacidades que é na base do desenvolvimento humano. Tais capacidades e conhecimentos são cruciais para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) até o ano de 2015. Apesar de serem objetivos globais, é somente no nível municipal que poderão ser atingidos.

Ao fornecer o ponto de partida, em 1991, bem como a evolução até 2000, da maioria das metas relativas aos ODM, o Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre estabelece as condições não só para o monitoramento municipal dos ODM, mas também para o planejamento democrático das ações e políticas públicas necessárias para a erradicação da pobreza e a efetiva expansão do desenvolvimento humano sustentável da população de Porto Alegre.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) orgulha-se de figurar entre os parceiros responsáveis pela iniciativa que resultou nesta publicação.

Congratulamos a Prefeitura de Porto Alegre e os demais parceiros deste projeto, por contribuir para o objetivo central do conceito de Desenvolvimento Humano: a incorporação da dimensão humana ao planejamento do desenvolvimento. Este compromisso com o bem-estar humano sempre poderá contar com o apoio do PNUD.

Kim Bolduc
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
Representante Residente/Coordenadora do Sistema das Nações Unidas no Brasil

Apresentação da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local – SMCPGL

Planejar não deve ser um procedimento exclusivo de técnicos. Planejar deve estar ao alcance de todos os atores sociais implicados que buscam efetividade em seus projetos. Contudo, para que o ato de planejar possa ultrapassar o simples demandar e contemple atitudes de co-responsabilidade é indispensável que o cidadão possa contar com os mesmos instrumentos que freqüentemente estão disponíveis apenas para os técnicos.

Com o lançamento do Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre ganham não apenas os planejadores que, a partir de indicadores e índices georeferenciados, podem orientar seus projetos embasados em diagnósticos mais precisos, mas todos aqueles que fazem da democracia um processo contínuo de aperfeiçoamento dos instrumentos de empoderamento e de intervenções mais qualificadas nas redes e fóruns democráticos de participação.

Com indicadores e índices que contemplam 163 UDHS (Unidades de Desenvolvimento Humano), o Atlas permitirá a visualização da heterogeneidade intra-urbana não perceptível nos indicadores baseados nos níveis geográficos de bairro e Região de Orçamento Participativo. Com efeito, permitirá que as demandas considerem que em determinadas regiões existem UDHS mais carentes que outras, incentivando as atitudes solidárias tão necessárias à solidificação dos vínculos comunitários.

As possibilidades de qualificação da participação através do Atlas não estão adstritas aos limites do município de Porto Alegre, pois foram considerados todos os municípios da Região Metropolitana que contavam com população de tamanho estatístico suficiente para a efetivação dos cálculos dos índices. Nesse sentido, podemos contar com informações socioeconômicas de 154 UDHS de 17 municípios metropolitanos que permitirão uma contextualização do município de Porto Alegre no âmbito da Região Metropolitana, ampliando as perspectivas de ações co-responsáveis nos rumos do desenvolvimento harmônico da metrópole.

Com o Atlas temos, portanto, mais um instrumento para nos ajudar a divisar, no horizonte das alternativas democráticas, os caminhos que podemos trilhar de forma co-responsável e solidária.

César Busatto

Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local - SMGL
Secretário

Apresentação do Observatório da Cidade de Porto Alegre – ObservaPoa

É com imenso prazer que nós dividimos a coordenação dos trabalhos para a realização do Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre com o PNUD.

Por convite do PNUD, aceitamos o desafio de coordenar a produção deste instrumento de aprofundamento da democracia. Todos aqueles que lutam pela participação qualificada e pela ação consciente nos rumos da democracia só têm a ganhar com este instrumento que veio para dissecar e expor as informações socioeconômicas de nossa cidade.

A partir de agora e, juntamente com outros estudos, pesquisas e dados disponíveis no Observatório da Cidade de Porto Alegre, poderemos contar com informações que expressarão a heterogeneidade socioeconômica não claramente observável nos indicadores que sumariam a cidade com um todo.

Com o Atlas, cremos ter atingido um ponto culminante de combinação de informações em nível intra-urbano que será improvável que os administradores públicos possam delas prescindir no planejamento de suas ações.

Para o Orçamento Participativo, os avanços são inegáveis posto que as informações do Atlas podem servir como um “insumo” de participação ao qualificar as demandas e, mais importante, incentivar a participação solidária no sentido de verificar quais regiões são de fato mais carentes.

Parabéns para todos! Nós merecemos este Atlas!

Carlos Eduardo Gomes Macedo
Valéria Dozolina Sartori Bassani

Técnicos do Observatório da Cidade de Porto Alegre

Apresentação da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN

A Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN), vinculada à Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, é o órgão responsável pelo planejamento e gestão urbana e regional no Estado do Rio Grande do Sul.

Nos seus mais de 30 anos de existência vem atuando coordenadamente com as administrações municipais e com as instâncias regionais de planejamento e gestão territorial como os COREDES, Comitês de Bacias Hidrográficas e Associações de Municípios.

Sua atividade técnica e articuladora tem especial relevância naquelas porções do espaço estadual caracterizadas como regiões-programa de alta complexidade, como a Região Metropolitana de Porto Alegre (31 municípios) e as Aglomerações Urbanas do Nordeste (10 municípios), do Sul (5 municípios) e do Litoral Norte (20 municípios).

As ações de planejamento e gestão desenvolvidas pela METROPLAN têm importantes repercussões nos diversos aspectos do desenvolvimento e setores da infra-estrutura urbana e regional, tais como a mobilidade, o saneamento ambiental, os recursos hídricos, os equipamentos sociais, etc.

A METROPLAN, através de sua equipe técnica, colaborou para a elaboração do Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre, importante instrumento para a compreensão da realidade social e fonte de conhecimentos para o planejamento e gestão do desenvolvimento desta Região. Com isto procura-se contribuir para a diminuição das desigualdades regionais e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Diferentemente de outros tratamentos de informações que se referem aos Municípios como um todo, o Atlas mostra a realidade social e demográfica segundo unidades homogêneas menores. Estas são dimensionadas de tal forma que permitem à população e aos estudiosos identificar necessidades, potencialidades e, principalmente, a real distribuição espacial das demandas sociais.

Desta forma, as informações do Atlas configuram-se como um importante subsídio para programar ações consistentes de planejamento e gestão, em especial para a oferta de serviços públicos de infra-estrutura e equipamentos sociais.

Nelson Lídio Nunes

Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN
Diretor-Superintendente

Metodologia

Pressupostos para a constituição das Unidades de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre

O *Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre* tem por objetivo disponibilizar um instrumental de análise que possibilite conhecer em profundidade diversos aspectos da realidade socioeconômica em níveis geográficos de município e intramunicípio para a Região Metropolitana de Porto Alegre.

O *Atlas* contém um conjunto de indicadores, para os anos de 1991 e de 2000, obtidos através dos questionários dos censos demográficos do IBGE. Para o ano de 1991 reproduz-se a malha municipal do ano 2000 de forma a assegurar a comparabilidade dos dados tanto espacial (entre municípios) quanto temporal (entre 1991 e 2000).

São 125 indicadores para os dois anos considerados, agrupados nos seguintes temas: Demografia, Educação, Renda, Habitação, Vulnerabilidade e População.

O *Atlas* apresenta também o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM e os subíndices que o constituem. O IDH é um índice síntese que procura captar o nível de desenvolvimento humano alcançado em uma localidade, levando em consideração três dimensões básicas: saúde, educação e renda. O índice é uma média simples dos subíndices encontrados para cada uma dessas dimensões.

Esse projeto se insere num convênio mais amplo da Fundação João Pinheiro - FJP com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD para a realização de estudos semelhantes em pelo menos uma região metropolitana de cada grande região brasileira, devendo servir de base para um estudo comparativo que aponte os problemas dos grandes aglomerados urbanos.

Uma condição para a construção do Atlas é a formação de Unidades de Desenvolvimento Humano - UDHS, que são agregações de setores censitários que atendam às exigências do IBGE para extração dos indicadores. As UDHS são aproximações dos bairros constituídos (por lei) ou reconhecidos (identificação popular). No estabelecimento dessas unidades espaciais foram atendidos os seguintes pré-requisitos:

- somatório de setores censitários: todas as informações a serem obtidas provêm dos censos demográficos;
- população mínima de 16 mil habitantes (400 domicílios amostrados): o IBGE só disponibiliza as informações do questionário da amostra se for obedecido este critério (para garantir a robustez da amostra);
- homogeneidade: o máximo de homogeneidade em termos sociais, econômicos, ambientais etc. é sugerido já que um dos principais objetivos do trabalho é mostrar as contradições no nível intramunicipal; vale lembrar que os próprios setores censitários podem ser altamente heterogêneos; espaços homogêneos só deverão ser explicitados em forma de UDHs se puderem ser amplamente reconhecidos, inclusive com nome;
- contigüidade: via de regra, todas as UDHs deverão ter contigüidade espacial na agregação dos setores censitários, seja para facilitar o entendimento das pessoas, seja para minimizar qualquer tipo de erro; nesse sentido, os resultados estarão refletindo, no mínimo, uma média do espaço definido.

Exceções a este último pré-requisito podem ocorrer, sendo que, neste caso, os indicadores serão resultado de agregações a outras UDHs não contíguas, completando-se assim os 16 mil habitantes exigidos para os cálculos. Assim, essas UDHs apresentarão os mesmos resultados obtidos para o seu conjunto mesmo estando em diferentes localizações espaciais. As diferenças de IDH em UDHs agregadas se devem aos dados da taxa de alfabetização, pois os mesmos tem como origem o questionário do universo. Estas agregações somente farão sentido se as UDHs forem parecidas nos mais diversos aspectos e possam permitir sua identificação plena, independentemente de seu tamanho. Podemos citar como exemplo de descontigüidade em Porto Alegre, a UDH 80 - RESTINGA-Barro Vermelho e a UDH 129 - PASSO DAS PEDRAS-Bairro/RUBEM BERTA-Vila Esperança Cordeiro, que atendem a exigência de 16 mil habitantes e terão os mesmos resultados em seus indicadores.

Em virtude da complexidade em dividir o município e da necessidade de reconhecimento das UDHs, foi criado um grupo de trabalho envolvendo a Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local, o Departamento Municipal de Habitação e a Secretaria do Planejamento Municipal para a constituição e identificação das UDHs de Porto Alegre. Para a constituição e identificação das UDHs dos municípios da região metropolitana houve a colaboração dos técnicos da Fundação Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre

Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - Metroplan nas situações onde foi possível fazer a divisão dos municípios.

Na definição e identificação das UDHS de Porto Alegre buscou-se o envolvimento de atores sociais que conhecem as regiões da cidade, tais como representantes do Conselho do Orçamento Participativo - COP, dos Centros Administrativos Regionais - CAR e de voluntários. Com efeito, essa participação possibilitou a constituição de UDHS de acordo com o reconhecimento desses territórios pela população. A base para essas identificações foi a regionalização aprovada pelo Conselho do Orçamento Participativo em 1997, compatível com o Plano Diretor (PPDUA, LC 434/99).

A busca de homogeneidade interna para cada UDH e o reconhecimento da população desses territórios foram as diretrizes principais adotadas pela equipe para a tomada de decisão em casos de difícil identificação e criação de nomes.

A Região Metropolitana de Porto Alegre ficou dividida da seguinte forma:

- Porto Alegre com 163 UDHS;
- 17 municípios com 154 UDHS;
- demais municípios sem população suficiente para divisão em UDHS.

Os indicadores e índices estão disponíveis para as seguintes unidades espaciais: UDHS, Região de Orçamento Participativo (16 Regiões para o município de Porto Alegre) e Municípios.

O software MapInfo foi utilizado para a composição das UDHS, obtendo-se uma base digital georeferenciada para posterior espacialização das informações. O software AutoCad_2000 foi utilizado para agregar os seguintes níveis de informações: malha viária, divisão de bairros e imagens de satélite de alta resolução.

Para a formatação final foi utilizado o software Corel Draw 12, obtendo-se os arquivos com extensão .jpg. As imagens utilizadas foram capturadas pelo satélite de alta resolução Quickbird em 2002 e 2003, mosaicadas, ortorretificadas e georeferenciadas de acordo com a malha de distribuição das cartas 1:5000 (direitos autorais a Digital Globe\Intersat\Geotec).

ANÁLISE PRELIMINAR DOS RESULTADOS DO ATLAS UDHs da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPOA)

Em 2000, 22 UDHs da RMPOA tinham Índice de Desenvolvimento Humano superior ao da Noruega (0,942), que é o maior entre os países contemplados no Relatório da ONU. Por outro lado, nas UDHs com os índices mais baixos, esses se aproximam do índice do Egito. Tal disparidade é muito maior que a verificada entre os municípios do estado do Rio Grande do Sul.

As mesmas disparidades e desigualdades verificadas entre os municípios brasileiros ou do Rio Grande do Sul são reproduzidas, em maior ou menor intensidade, em nível inframunicipal, ou seja, entre as UDHs (Unidades de Desenvolvimento Humano)¹ da RMPOA, conforme mostra o gráfico 1. Em 2000, o IDHM da região era de 0,830, apresentando UDHs com valores entre 0,641 – FLORESTA-Loteamento Santa Terezinha (Porto Alegre) – e 0,977 – AUXILIADORA/ MONT'SERRAT (Porto Alegre). Essa variação entre o maior e o menor valor do IDHM, de 0,336, é muito maior que a observada entre os municípios do Estado do Rio Grande do Sul, de 0,204 (diferença entre o IDHM de Benjamin Constant do Sul – 0,666 – e o de Bento Gonçalves – 0,870, 6º maior entre os municípios brasileiros). Nenhum desses dois municípios pertence à região metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre é o segundo município do estado com maior IDHM, o 9º entre os municípios brasileiros e também o segundo entre as capitais brasileiras, após Florianópolis.

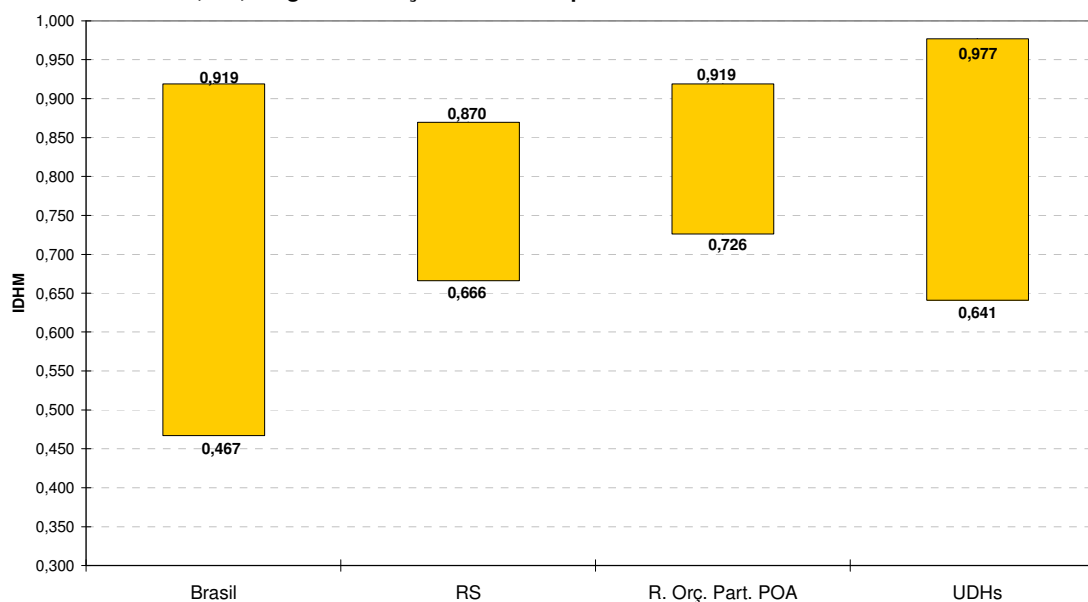
Entre as UDHs dos municípios da RMPOA, 40% concentram-se na categoria² *Alto Desenvolvimento Humano* e os outros 60%, na *Médio Desenvolvimento Humano*.

¹ Adotou-se o nome UDHs para designar os níveis espaciais de desagregação do município. São aproximações de bairros, agregando-os ou desagregando-os, para que se pudesse obter o maior grau de homogeneidade possível e, ao mesmo tempo, garantisse a representatividade da amostra dos censos do IBGE.

² O IDH varia entre 0 e 1, com a seguinte classificação: Baixo Desenvolvimento Humano (0 a 0,49); Médio Desenvolvimento Humano (0,5 a 0,79) e Alto Desenvolvimento Humano (0,8 a 1). Para efeito de análise, dividiu-se o Médio Desenvolvimento Humano em: Médio-Alto (IDH entre 0,7 e 0,79), regiões com tendência acentuada para o alto desenvolvimento; Médio-Médio (IDH entre 0,6 e 0,69), e Médio-Baixo (IDH entre 0,5 e 0,59), regiões com resquícios de baixo desenvolvimento.

Já entre os municípios da região, esses percentuais são de 65% e 35%, respectivamente. Enquanto os índices dos municípios da RMPOA de *Alto Desenvolvimento* se concentram no intervalo entre 0,803 e 0,865, 22% das UDHS nessa categoria apresentam índices superiores a esse último. Em 22 UDHS os índices são maiores que o da Noruega (0,942), maior entre os países nesse ano, e, em 48 UDHS, superam 0,900.

Gráfico 1 - Disparidade do IDHM - 2000
Brasil, RS, Regiões de Orçamento Participativo de POA e UDHS da RMPOA



Uma forma de mostrar a disparidade em desenvolvimento humano entre as UDHS da região é dizer que a UDH em pior situação levaria cerca de 60 anos para atingir o nível da UDH em melhor situação, caso seu índice evoluísse à mesma velocidade que o índice da região metropolitana entre 1991 e 2000.

Em 2000, mais da metade das 330 UDHS (mais exatamente, 199 UDHS) estão na categoria de *Médio Desenvolvimento Humano*, a maioria delas na subcategoria *Médio-Alto*, 30 na *Médio-Médio* e nenhuma na subcategoria *Médio-Baixo*. O menor valor do IDHM entre as UDHS (0,641) é inferior ao do município de Benjamin Constant do Sul (0,666), menor índice entre os municípios do Rio Grande do Sul.

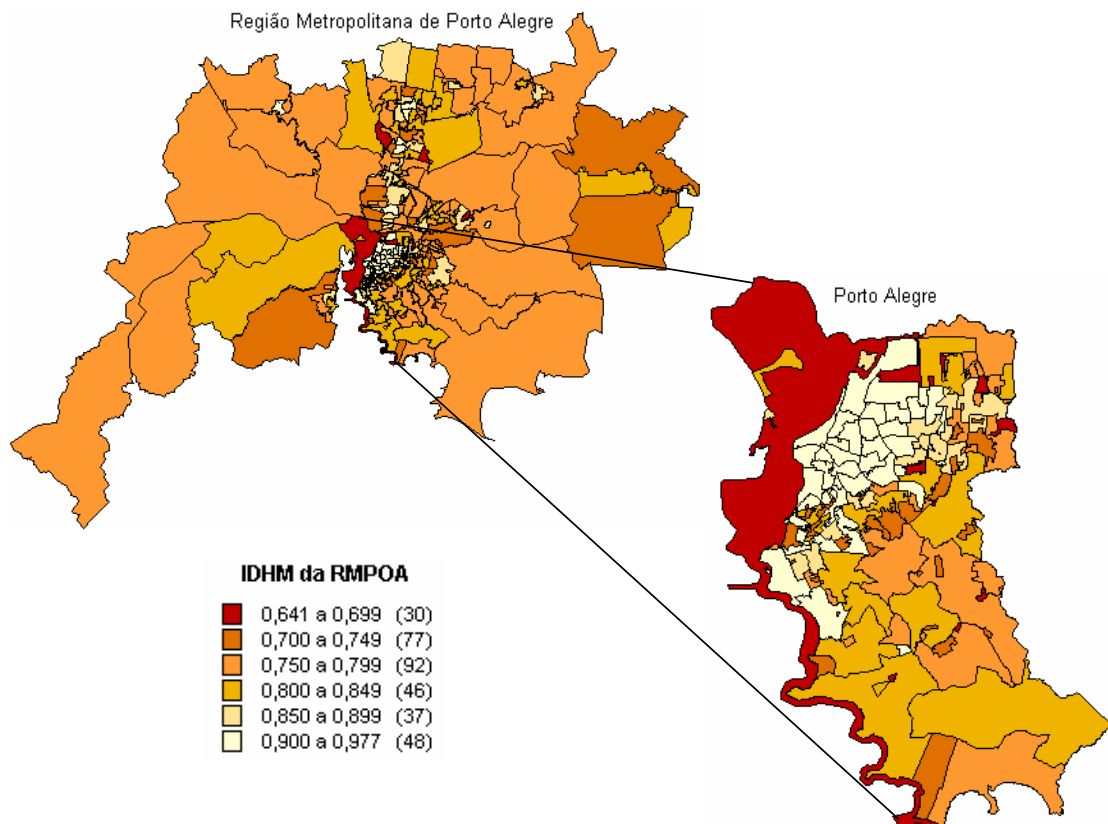
Nesse ano, assim se distribuíam as UDHS e a população da RMPOA: 40% das UDHS e 53% da população no nível *Alto Desenvolvimento Humano*; 51% UDHS e cerca de 45% da população no nível *Médio-Alto*; e 9% das UDHS e 2% população no nível *Médio-Médio*.

Considerando-se apenas o município de Porto Alegre, 46% das UDHS são de *Alto Desenvolvimento Humano*. A capital concentra quase todas as 48 UDHS com índices superiores a 0,900 (apenas seis não se situam nela: duas de São Leopoldo, duas de Novo Hamburgo, uma de Montenegro e uma de Canoas).

O mapa abaixo mostra a distribuição espacial das UDHS da região, destacando o município de Porto Alegre.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2000

Todas as UDHS da Região Metropolitana de Porto Alegre



Na RMPOA a ordem de importância dos subíndices para a composição do IDHM é: *educação, renda e longevidade* (para o Estado e para o país, *longevidade* supera *renda*). Contudo, na perspectiva das UDHS, a maioria segue a sequência:

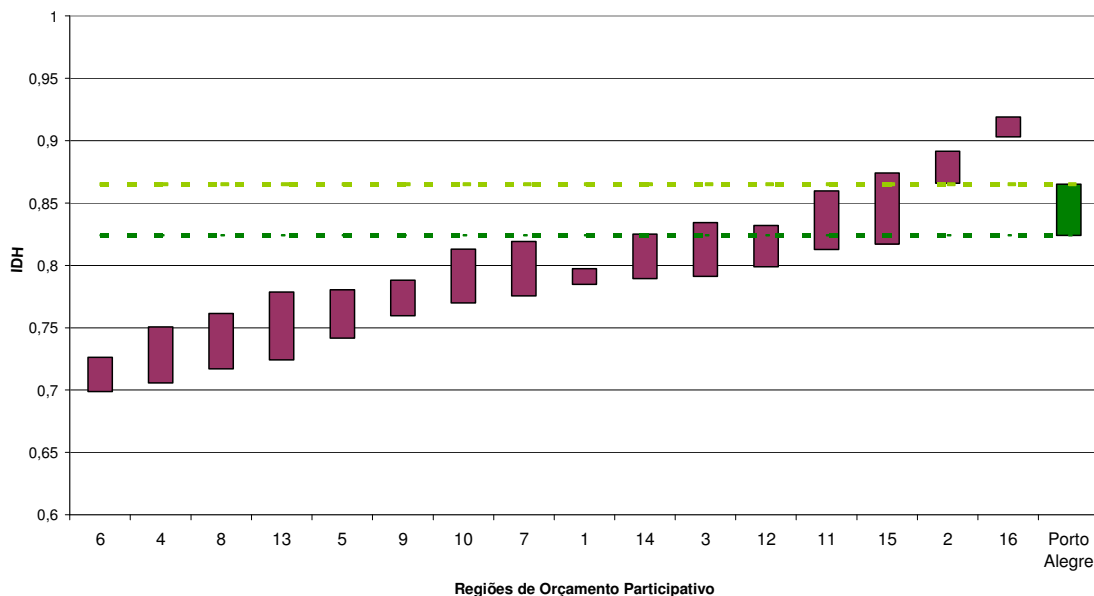
educação, longevidade e renda. Em 2000, *Educação* é o subíndice mais alto em todas as UDHS, à exceção de 9 delas, onde o subíndice *Renda* o supera. *Longevidade* supera a *renda* em 85% das UDHS. Observa-se que, nas cinco UDHS com maiores IDHMs (todas de Porto Alegre) o subíndice *Renda* sempre supera o *Educação*, a despeito deste sempre estar entre os maiores da região.

Entre 1991 e 2000, a RMPOA apresentou uma significativa melhora em termos de *Desenvolvimento Humano*, o que fez seu IDHM passar de 0,780 para 0,830, mudando, assim, da categoria *Médio* para a *Alto Desenvolvimento*. Esse avanço está diretamente relacionado à evolução do subíndice *Educação*, que, no mesmo período, passou de 0,857 para 0,920. Os outros dois subíndices não tiveram melhorias tão significativas e permaneceram na categoria *Médio Desenvolvimento*.

O desempenho da RMPOA, em termos da evolução do IDHM, foi basicamente determinado por Porto Alegre, cujo índice passou de 0,824 para 0,865, puxado por significativas melhoras nos subíndices *Educação* e *Renda*. A exemplo das outras capitais, essas melhoras, contudo, não foram suficientes para manter sua posição entre os municípios brasileiros: entre 1991 e 2000, Porto Alegre passa da 4ª para a 9ª posição.

É interessante observar também a situação e a evolução do IDHM na perspectiva das 16 Regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Nota-se, no gráfico 2, uma significativa diferença no IDHM entre as regiões, nos dois anos em estudo. Entre eles, a evolução do IDHM foi diferenciada e não ocorreu no sentido de nivelamento das regiões, já que os maiores avanços nem sempre ocorreram nas regiões em pior situação em 1991. A região 6 (Nordeste), última classificada em 1991, foi uma das que apresentaram os menores avanços e, com isso, não só manteve-se na pior posição em 2000, como também afastou-se da média de Porto Alegre. Considerando a velocidade de crescimento do IDHM da RMPOA no período, essa região levaria, em 1991, 15 anos para alcançar o nível de desenvolvimento humano de Porto Alegre e, em 2000, 19 anos.

Gráfico 2- Índice de Desenvolvimento Humano - 1991 e 2000
Regiões de Orçamento Participativo de Porto Alegre



Das 12 Regionais que estavam em *Médio Desenvolvimento Humano* em 1991, apenas 5 mudam para a categoria *Alto Desenvolvimento Humano* em 2000. O melhor desempenho foi o da Região 13 (Extremo Sul) que, mesmo não alcançando o *Alto Desenvolvimento*, atinge a mesma classificação da Regional 5 (Norte) em 2000. Entre as 4 regiões que já estavam em *Alto Desenvolvimento* em 1991, o melhor desempenho é verificado na Região 15 (Sul), fazendo com que seu IDHM ultrapasse a média do município de Porto Alegre em 2000.

O pior desempenho é verificado na Região 1 (Ihas/Humaitá/Navegantes), cujo IDHM permanece praticamente constante entre 1991 e 2000 e que, junto com a Região 9 (Gloria), são as únicas com índices acima de 0,750 em 1991 que não conseguem atingir o *Alto Desenvolvimento Humano* em 2000. Em nove regiões, o IDHM em 2000 é igual ou menor que o índice da RMPOA ainda em 1991.

Indicadores que compõem o IDHM e outros de suporte:

Além do IDHM e seus 3 subíndices, o Atlas disponibiliza os indicadores que os compõem e vários outros, o que permite uma melhor interpretação da realidade da RMPOA.

Na análise seguinte, utilizam-se alguns desses indicadores: em *Educação*, a taxa de analfabetismo, a taxa de analfabetismo funcional (menos de quatro anos de estudo) e

a taxa de analfabetismo fundamental (menos de oito anos de estudo); em *Longevidade*, a taxa de mortalidade infantil; e, em *Renda*, a renda familiar *per capita*, a proporção de pobres e vários indicadores de desigualdade na distribuição de renda.

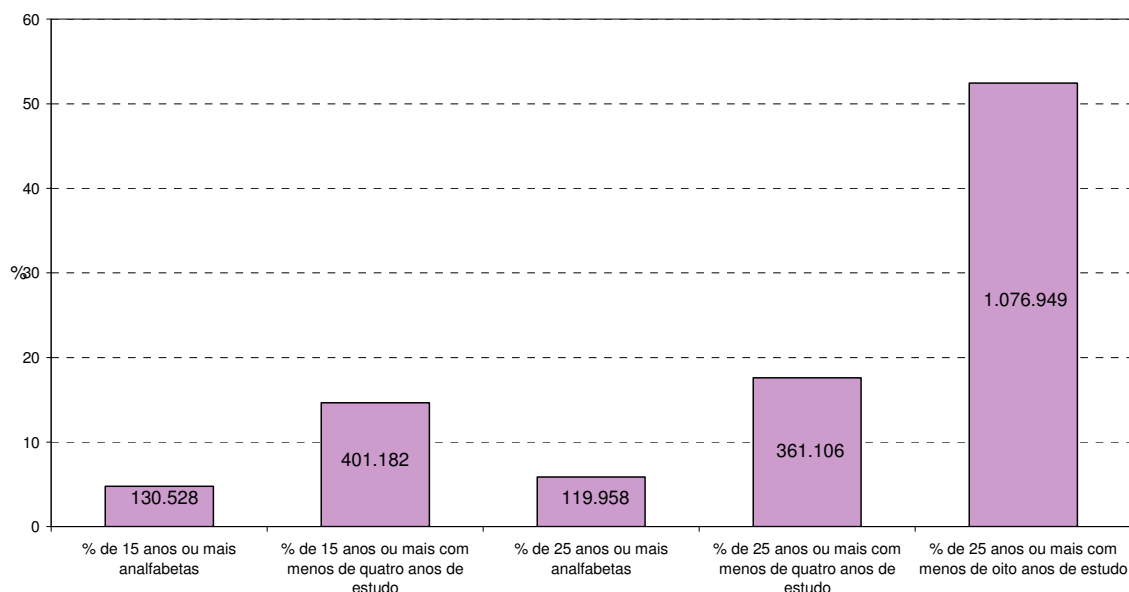
Educação

Um dos indicadores levados em conta no *IDHM-Educação* é a taxa de analfabetismo das pessoas acima de 15 anos, entendendo-se por analfabeto a pessoa que se declara incapaz de ler e escrever um bilhete simples, conforme a definição para a pesquisa do censo. Se fossem observados indicadores de definição mais precisos e mais exigentes, os números mudariam substancialmente, revelando uma situação substancialmente pior.

Observando-se inicialmente o percentual das pessoas de 15 anos e mais com menos de quatro anos de estudos completos, chamados analfabetos funcionais, nota-se que, na RMPOA, a taxa de analfabetismo funcional, de 17,58%, é três vezes maior que a taxa de analfabetismo, de 5,84% (gráfico 3). Isso representa um contingente de 401 mil analfabetos funcionais, superior à população total de qualquer outro município do Estado, à exceção de Porto Alegre.

Nas UDHS, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade varia entre 0,1% (UDH *JARDIM CARVALHO-Plano 100*, Porto Alegre) e 27,47% (UDH *FLORESTA-Loteamento Santa Terezinha*, Porto Alegre), enquanto a taxa de analfabetismo funcional nessa faixa etária varia de 1,79% (BELA VISTA/PETRÓPOLIS-Grêmio Náutico União, Porto Alegre) a 35,7% (*MIRAGUAIA /CATANDUVA/ MONJOLO / PINHEIRINHOS / EVARISTO, CHICO LOMÃ/BARROCADAS/MORRO GRANDE/TAPUMES, BOM PRINCÍPIO e MADRE TERESA, SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA*).

Gráfico 3- Analfabetismo na Região Metropolitana de Porto Alegre, 2000



Vale destacar que aproximadamente 10% das UDHs têm taxas de analfabetismo funcional abaixo de 6% (menor taxa entre os municípios brasileiros, observada em Bom Princípio, no Rio Grande do Sul). Em 82 das 330 UDHs (25% das UDHs), as taxas de analfabetismo funcional são melhores que a de Porto Alegre (11%), 17ª menor entre os municípios gaúchos. Dessas, apenas 23 não pertencem ao próprio município de Porto Alegre. Mas, por outro lado, em 20% das UDHs, a taxa de analfabetismo funcional está acima de 25%. Em Porto Alegre, chega-se a 31% na UDH ARQUIPÉLAGO/FARRAPOS 1/HUMAITÁ 1.

Se o IDHM fosse calculado com as taxas de alfabetização funcional, o índice da RMPOA, como o de todas as suas UDHs, cairia de modo expressivo, principalmente naquelas em que o IDHM já era mais baixo. Assim, o IDHM da RMPOA passaria de 0,830 para 0,802 e, entre as UDHs, o menor valor desse índice passaria de 0,642 para 0,621. Enquanto pela fórmula original, apenas 9% UDHs pertenciam ao *Médio-Médio Desenvolvimento*, com a utilização da taxa de analfabetismo funcional, 30% das UDHs estariam nesse nível; no *Médio-Alto Desenvolvimento*, onde se encontravam 51% das UDHs, permaneceriam apenas 37%.

Mas, mesmo a taxa de analfabetismo funcional é um indicador muito pouco exigente para medir o acesso ao conhecimento da população. Cabe, portanto, considerar a taxa de analfabetismo fundamental, definida como o percentual da população com menos de oito anos de estudo, ou seja, que não completaram o fundamental. Tomando-

se a população adulta (25 anos ou mais), Porto Alegre, com uma taxa de analfabetismo fundamental de 37%, é o município do Estado em melhor situação. Na RMPOA, a taxa passa de 50%, representa um contingente de 1.076.998 pessoas, só inferior à população total de 13 municípios do país.

Na maioria das UDHs (72%), mais da metade da população adulta não têm o ensino fundamental completo. O melhor resultado observado é o da UDH BELA VISTA/PETRÓPOLIS-Grêmio Náutico União (Porto Alegre), com taxa de 8,42%, sendo que em 45 UDHs as taxas estão acima de 80%. Em Porto Alegre, chegam a 83%, como, por exemplo, na UDH ANCHIETA-Vila Dique II. Contudo, todas as 34 UDHs com menos de 23% de analfabetos fundamentais pertencem a Porto Alegre; nos outros municípios da região, a menor taxa é 24%, da UDH CENTRO/SÃO JOSÉ de São Leopoldo.

Realizando-se o mesmo exercício anterior para o cálculo do IDHM, utilizando-se agora a taxa de analfabetismo fundamental, o IDHM da RMPOA cairia de 0,830 para 0,724 e o de Porto Alegre, de 0,865 para 0,790, ambos passando do *Alto* para o *Médio Desenvolvimento*. Quase 1/3 das UDHs (32%) passariam para a categoria *Médio-Baixo Desenvolvimento Humano*, 33% ficariam na *Médio-Médio*, 16% na *Médio-Alto* e apenas 18% no *Alto Desenvolvimento Humano*, todas de Porto Alegre, à exceção de 6.

A situação educacional em termos de perspectivas:

Considerando os crescentes requerimentos mínimos para o acesso das pessoas às disponibilidades e exigências do mundo moderno e para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, pessoas com menos de oito anos de estudo (ensino fundamental incompleto), inseridos em um contexto cosmopolita como o da RMPOA, podem ser consideradas praticamente analfabetas. Sob esse ângulo, a situação da região requer muito esforço, mesmo quando se projeta esta taxa com a entrada das novas gerações, que tiveram melhores oportunidades de acesso ao ensino do que as anteriores, que hoje formam o contingente adulto. Mesmo apresentando melhores indicadores educacionais que a população acima de 25 anos, são expressivos os contingentes de jovens adultos (18 a 24 anos) que deverão entrar na fase adulta despreparados do ponto de vista educacional (gráficos 4 e 5). Pior do que isso, deverão se perpetuar as diferenças já verificadas entre as UDHs para a população adulta. Assim, em 20% das UDHs as taxas de analfabetismo fundamental superam 60%, atingindo 76% na UDH LOMBA

Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre 24

GRANDE-Morro do Paula, por exemplo. Dessas, 22 UDHS pertencem ao município de Porto Alegre, onde a UDH SARANDI-Vila Vitória da Conquista destaca-se com mais de 2/3 (67,6%) de seus jovens sem o fundamental completo.

Gráfico 4- Nível Educacional da População Jovens Adultos (18 a 24 anos)
UDHs da Região Metropolitana de Porto Alegre - 2000

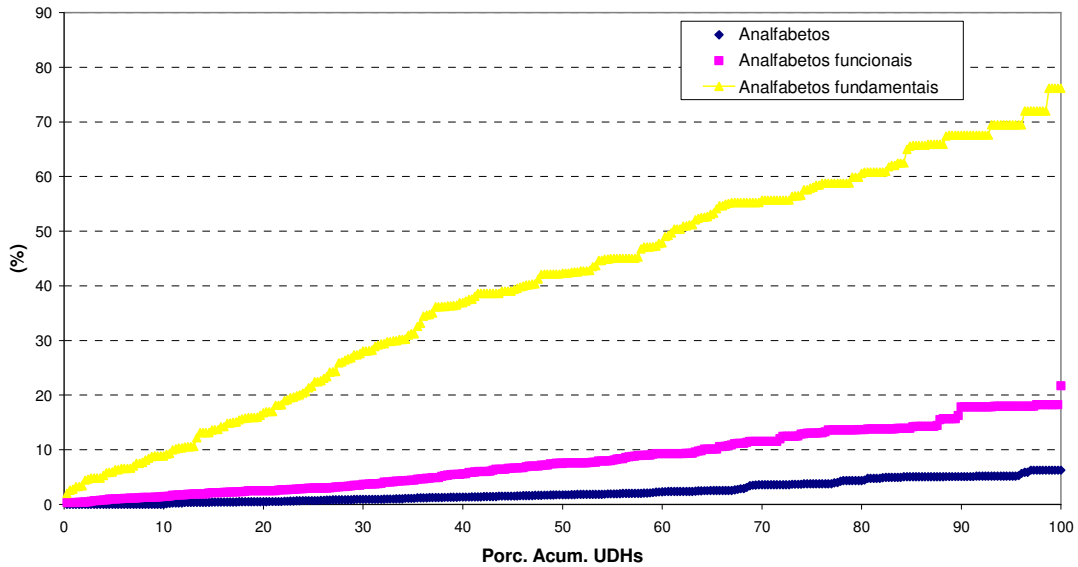
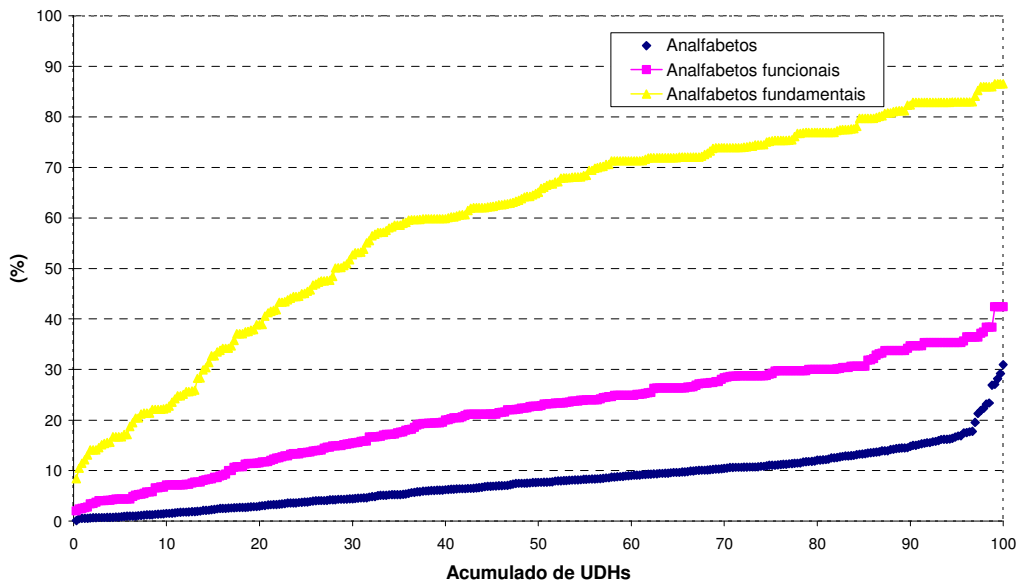
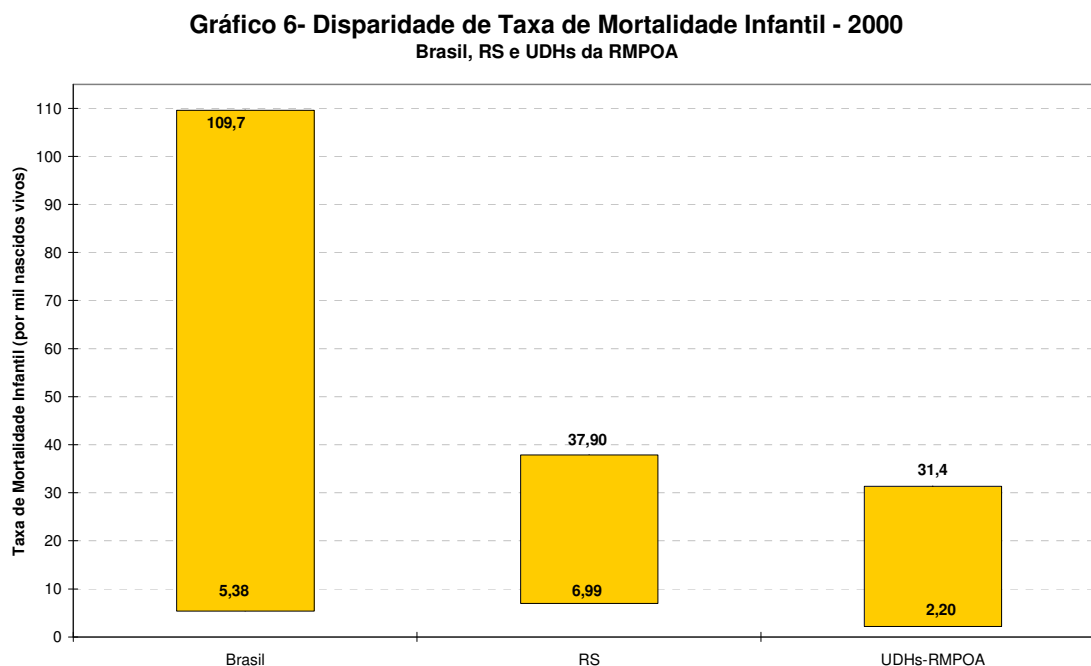


Gráfico 5- Nível Educacional da População Adulta (25 anos e mais)
UDHs da Região Metropolitana de Porto Alegre - 2000



Mortalidade Infantil

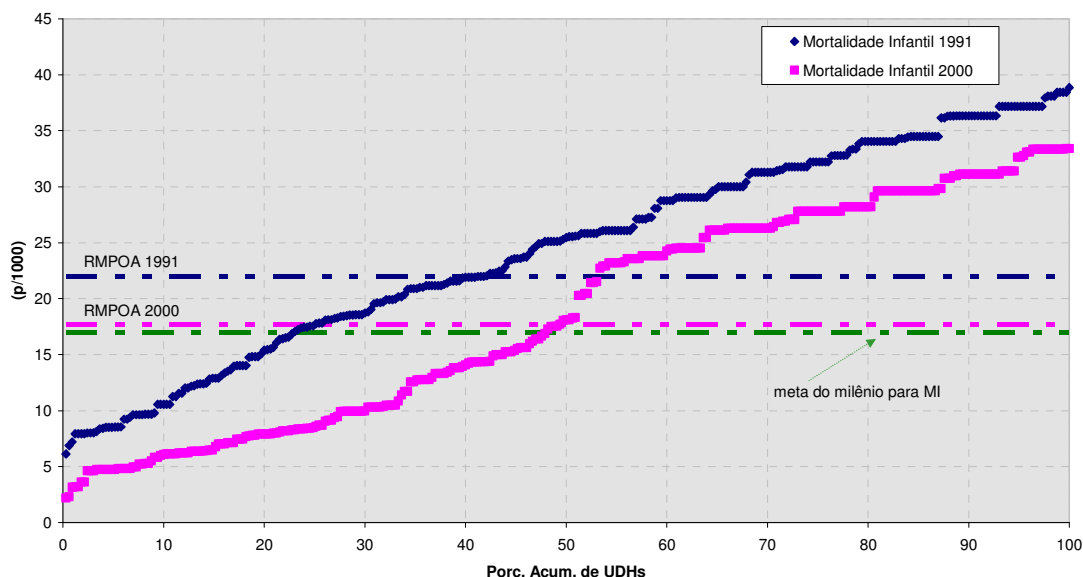
Nota-se, no gráfico 6, que a disparidade em termos de TMI entre as UDHs da RMPOA é muito menor que entre os municípios brasileiros e muito parecida com a verificada entre os municípios do Rio Grande do Sul.



Em 48% das UDHs a TMI já era, em 2000, inferior ao patamar proposto pela ONU para o Brasil nas “Metas do Milênio”, segundo o qual esse indicador deveria atingir, até 2015, no máximo 17 mortes para cada 1000 crianças nascidas vivas (gráfico 7). A meta corresponde a 2/3 do valor observado para o país em 1990. Dessas UDHs que já haviam atingido a meta, 28 tinham taxas inferiores à de São Caetano do Sul, município com a melhor taxa do Brasil (5,38 mortes p/1000 nascidos vivos), todas elas localizadas em Porto Alegre. O melhor resultado é o da UDH PETRÓPOLIS-Avenida Ijuí, com 2 mortes por mil nascidos vivos, comparável aos melhores do mundo.

Por outro lado, 13% das UDHs ainda apresentavam, em 2000, taxas superiores a 30 mortes por mil. Em 4% delas, com os valores mais altos, exigir-se-iam esforços para reduzir em mais de duas vezes os níveis verificados para atingir a meta (4 UDHs de Cachoeirinha, 2 de Canoas, 3 de Esteio, 2 de Viamão, 2 de São Leopoldo).

Gráfico 7 - Mortalidade Infantil - 1991 e 2000
UDHs da Região Metropolitana de Porto Alegre



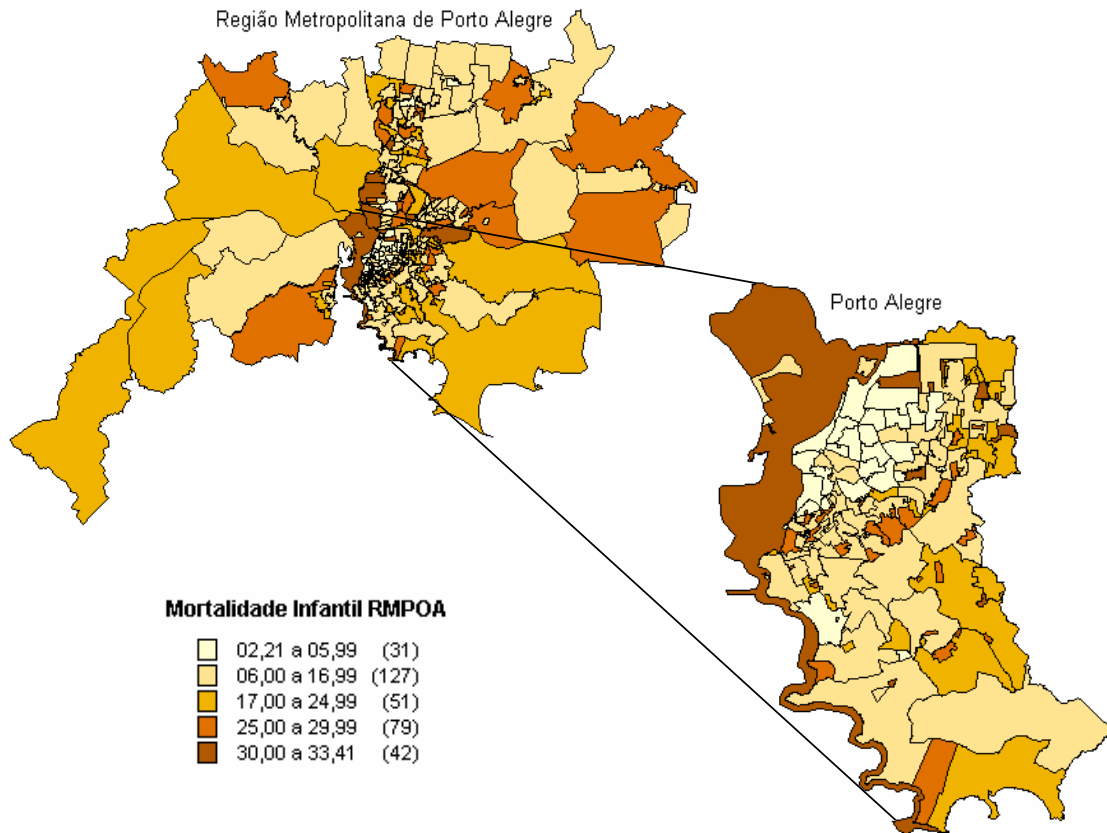
Se a taxa de mortalidade infantil decrescesse com a mesma velocidade média verificada para a RMPOA entre 1991 e 2000, a região já teria atingido a meta do milênio antes do ano de 2002.

Vale distinguir algumas situações entre as UDHs:

- 48% das UDHs, em 2000, já atingiram o patamar proposto pela ONU para o Brasil nas “Metas do Milênio”. Mesmo em 1991, 23% das UDHs já tinham mortalidade infantil abaixo de 17 mortes/mil.
- Muitas destas UDHs com níveis abaixo de 17 mortes/mil podem ainda melhorar bastante seus resultados, haja vista que em 130 delas a taxa de mortalidade infantil ainda é maior que os melhores resultados encontrados no país (em São Caetano do Sul/SP, essa taxa chega a 5,4 mortes/mil).
- Nas UDHs que não haviam atingido a meta do milênio em 2000 (52%), as taxas situam-se no mesmo nível ou acima da média da RMPOA (17,7 mortes/1000) chegando a um máximo de 33,41 mortes/mil em duas UDHs de São Leopoldo. Em 47% delas, inclusive, as taxas continuam, em 2000, superiores à média da RMPOA em 1991 (22 mortes/1000).

Mortalidade Infantil - 2000

Todas as UDHS da Região Metropolitana de Porto Alegre



Renda

Em 2000, a renda familiar *per capita* da RMPOA era de R\$446,07, o que a posicionaria entre a 7ª e a 8ª maiores rendas *per capita* entre os municípios do Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente, Carlos Barbosa (R\$446,22) e Veranópolis (R\$436,83), e na 56ª posição entre os municípios brasileiros. Evidentemente, isso se deve ao fato da renda *per capita* de Porto Alegre ser relativamente alta (R\$710,00), a 6ª maior entre os municípios do país e a maior do estado. A segunda maior renda *per capita* entre os municípios da RMPOA (Novo Hamburgo, com R\$391,00) é 45% menor que a da capital e apenas um pouco maior que a média do Estado (R\$358,00).

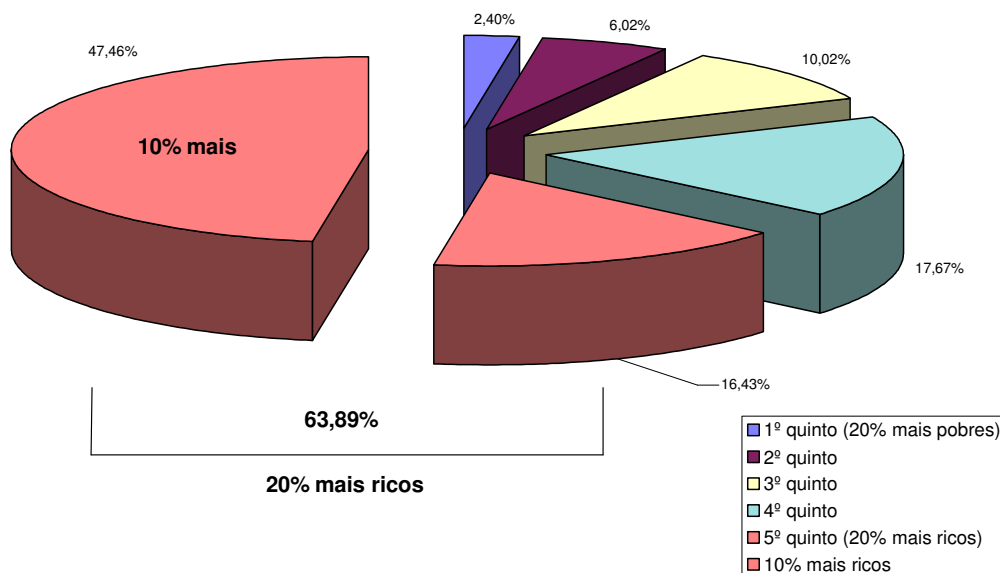
Com relação às UDHS, BELA VISTA/PETRÓPOLIS-Grêmio Náutico União (de Porto Alegre) apresentava, em 2000, a maior renda *per capita* da região, R\$2.637,34. Esse valor representa quase três vezes a maior renda *per capita* entre os municípios brasileiros (Água de São Pedro – SP, R\$954,65) e, aproximadamente, 23 vezes a menor renda *per capita* entre as UDHS, encontrada, por exemplo, em *MENINO DEUS-Condôminio Lupicínio Rodrigues* (R\$115,12).

A renda *per capita* de 76% das UDHS é inferior à da região como um todo, a de 86% é inferior à do município de Porto Alegre, a de 70% é menor que a do estado (R\$357,74) e a de 65%, inferior à média brasileira (R\$297,23). Entre as UDHS da RMPOA com menores níveis de renda *per capita*, em torno de R\$ 115,00, 14 pertencem ao município de Porto Alegre.

Entre 1991 e 2000, a desigualdade de renda na região aumentou, como mostra a observação de qualquer um dos indicadores de desigualdade de renda considerados (Gini, Theil e relação 20/40). O Gini, por exemplo, passou de 0,56 para 0,59 e, mesmo estando abaixo do do Brasil (0,65), ainda colocaria a região entre os países com as piores distribuições de renda do mundo.

O tamanho da desigualdade existente na RMPOA pode ser verificado no gráfico 8: enquanto os 20% mais pobres da população apropriam-se de apenas 2% da renda total do município, os 20% mais ricos ficam com 64% e os 10% mais ricos, com quase a metade, ou 46%.

Gráfico 8 - renda apropriada por estratos da população, 2000
Região Metropolitana de Porto Alegre



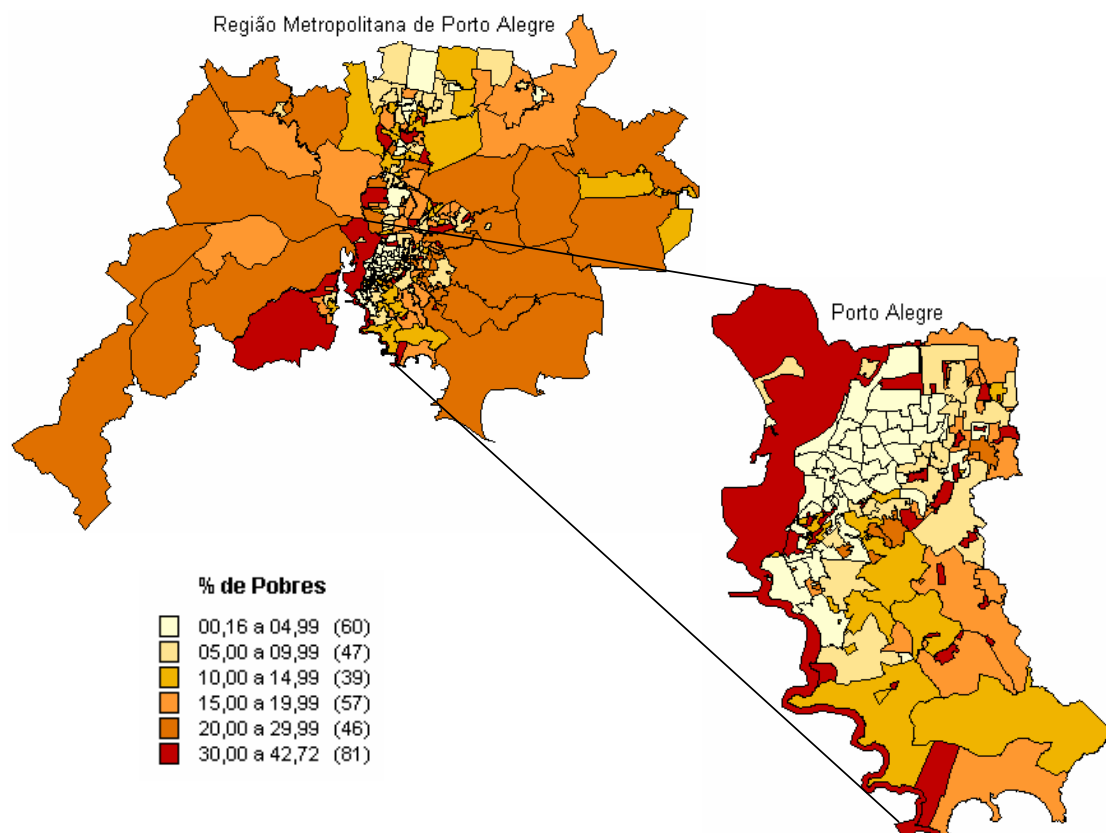
Evidentemente, dado o criterioso trabalho de divisão espacial da região em UDHS, buscando-se o maior grau de homogeneidade interna possível, a desigualdade de renda nessas unidades é, via de regra, muito menor que a do município.

Essa forma completamente desigual de apropriação da renda repercute nos indicadores de pobreza e indigência. A proporção de pobres, considerando-se pobres as pessoas que vivem com menos de meio salário mínimo de 2000 (R\$75,50) de renda familiar *per capita*, chega a 14% na região. Isso representa 478 mil pessoas, contingente maior que a população total de qualquer outro município do estado, à exceção de Porto Alegre. Desse total, 175 mil podem ser consideradas indigentes (ou seja, têm menos de ¼ do salário mínimo de renda familiar *per capita* mensal).

Em 25% das UDHS da região, o percentual de pobres é superior a 30%. Percentuais acima de 40% são encontrados em 5% das UDHS, todas pertencentes ao município de Porto Alegre, podendo-se destacar, entre elas, a UDH *MENINO DEUS-Condôminio Lupicínio Rodrigues*, com 43% de pobres e 17% de indigentes). O mapa abaixo mostra a distribuição espacial das UDHS segundo a proporção de pobres, destacando o município de Porto Alegre.

Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50 - 2000

Todas as UDHs da Região Metropolitana de Porto Alegre



Entre 1991 e 2000, a proporção de pobres recuou ligeiramente na RMPOA, passando de 16% para 14%, e a de indigentes permaneceu praticamente constante, em torno de 5%. Considerando-se as UDHs, a indigência aumentou em mais da metade delas e a pobreza aumentou ou permaneceu constante em 28% delas.

Conclusão:

O espaço urbano da RMPOA, como o da maioria dos municípios e aglomerados populacionais brasileiros, é extremamente desigual, e a perversidade dessa desigualdade é que ela é completamente explícita. Praticamente não existe barreira alguma (nem mesmo ruas) dividindo espaços com nível de desenvolvimento humano de países de terceiro mundo de outros que ultrapassam os parâmetros dos países mais desenvolvidos. São desigualdades não só de renda, mas também em diversas outras dimensões, principalmente em *Educação*.

Assim, nas UDHs com maiores níveis de renda *per capita*, a taxa da população adulta com mais de 12 anos de estudo supera 50% e a renda *per capita* é quase três vezes maior que a média da região. Na UDH BELA VISTA/PETRÓPOLIS-Grêmio Náutico União (Porto Alegre), por exemplo, 71% dos adultos têm 12 anos ou mais de estudo e a renda *per capita* é de R\$2.637,34. Por outro lado, em 65% das UDHs a renda *per capita* é inferior a R\$ 300,00 e os adultos com mais de 12 anos de estudo são, no máximo, 10%, atingindo somente 0,62% em *MENINO DEUS-Condomínio Lupicínio Rodrigues* (Porto Alegre). Nas UDHs de menor renda *per capita*, a média de anos de estudo da população adulta é três vezes menor que nas UDHs de maior renda *per capita*, podendo-se encontrar médias que variam de 4 a 13 anos de estudo.

Pior do que essas constatações é não se vislumbrar, para as próximas gerações, nenhuma perspectiva de mudança dessa realidade. Isso pode ser fundamentado no fato de que o indicador de jovem-adultos (18 a 24 anos) freqüentando curso superior ter, praticamente, a mesma distribuição entre as UDHs que a verificada para o percentual dos adultos com nível superior. Se nas UDHs de maior renda *per capita* o percentual de jovem-adultos freqüentando universidades chega a 70% (UDH BELA VISTA/PETRÓPOLIS-Grêmio Náutico União, Porto Alegre), em metade das UDHs esse percentual chega no máximo a 5% e, em 49 unidades, a praticamente 0%. Ainda mais preocupante, e que pode estar comprometendo seriamente as gerações futuras, é o fato de ser muito significativo o percentual de adolescentes fora da escola nas UDHs com níveis de renda *per capita* mais baixos. Em 31% das UDHs esse percentual é superior a 30%, sendo que em 6 delas (5 de Novo Hamburgo e 1 de Sapiranga) chega a mais de 50%. Em algumas UDHs, até mesmo o percentual de crianças fora da escola pode ser considerado muito alto: em 10% das UDHs, mais de 8% das crianças de 10 a 14 anos estão fora da escola, chegando a 9% na UDH ARQUIPÉLAGO/FARRAPOS 1/HUMAITÁ 1, de Porto Alegre.